Parceria entre o governo estadual e o TRT acelera pagamento de precatórios

Novo Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor convocará as partes para a audiência de conciliação

O governo estadual por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região acertar parceria para o pagamento de precatórios alimentares trabalhistas da administração direta, autarquias e fundações. O Executivo depositará mensalmente, na conta do Tribunal, R$ 2 milhões, que serão utilizados para quitar as dívidas alimentares trabalhistas vencidas desde 1998, observada a ordem cronológica de pagamento.

Para possibilitar essa parceria, o TRT editou o Provimento GP 4/2007, de 29 de outubro deste ano, que institui o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV). Esse órgão convocará as partes para a audiência de conciliação, conforme a disponibilidade dos recursos financeiros.

Se não existir divergência em relação ao valor a ser pago e a sua exigibilidade, haverá a conciliação das partes, com o pagamento dos credores e a quitação da dívida. Se as partes não se conciliarem, a impugnação dos cálculos será apreciada pelo presidente do TRT da 2ª Região, que tem o poder de rever as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios, antes de seu pagamento ao credor.

Interesse – Para o procurador geral do Estado de São Paulo, Marcos Nusdeo, essa parceria é mais uma demonstração do empenho e do interesse do governo estadual em solucionar o problema do pagamento dos precatórios alimentares. Além de acelerar o pagamento das dívidas trabalhistas, haverá significativa redução da litigiosidade entre Estado e credores, pois todos os incidentes de execução que impliquem pedidos de seqüestro de verbas, correção de erro material ou de cálculo – referentes aos precatórios ou RPV em fase de expedição ou já expedidos, mas ainda pendentes de pagamento – serão levados à apreciação do Juízo de Conciliação de Precatórios.

A Coordenadoria de Precatórios da PGE avalia que essa iniciativa permitirá também a revisão de todos os cálculos de precatórios alimentares trabalhistas, com a eliminação de inconsistências e de erros, o que proporcionará a diminuição do valor da dívida do Estado. A PGE e o TRT da 15ª Região, com sede em Campinas, entraram em entendimento para firmar parceria semelhante.

Sylvio Montenegro
Da Assessoria de Imprensa da Procuradoria Geral do Estado

Negros enfrentam mais dificuldades no mercado de trabalho

A população negra tem mais dificuldade para encontrar emprego do que as demais parcelas da sociedade, indica estudo da Fundação Seade, divulgado nas comemorações do Dia da Consciência Negra. De acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, referentes à média de outubro de 2006 a setembro de 2007, a taxa de desemprego total observada na região metropolitana de São Paulo entre os negros foi de 18,1%, ante 13,2% para os não-negros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica a população do País de pretos, pardos, brancos e amarelos. O trabalho da Fundação Seade considera negros os indivíduos pretos e pardos. Não-negros são os brancos e amarelos.

No caso das pessoas empregadas, há também diferenças importantes entre os grupos analisados. Embora a presença dos negros seja expressiva em todos os segmentos, estão mais representados nas ocupações consideradas de menor prestígio social, geralmente com salários mais baixos, relações de trabalho mais precárias e menos exigências em termos de qualificação profissional. É o caso dos setores da construção civil e dos serviços domésticos.

Os dados indicam que o acesso aos empregos assalariados é mais difícil para os negros do que para os não-negros. Tal diferença pode ser explicada, segundo a Fundação Seade, pelas dificuldades enfrentadas, no tocante aos primeiros, para ingressar no setor público, no qual mais da metade dos ocupados possui ensino superior. As diferenças na distribuição dos empregados são significativas em três posições: entre os assalariados do setor público e os empregadores, nos quais os porcentuais de não-negros superam em muito os de negros; e entre os empregados domésticos, em que ocorre o contrário.

De acordo com o estudo, essas constatações permitem avançar hipóteses otimistas. Avalia-se, por exemplo, que a sub-representação no setor público deve-se muito mais às históricas dificuldades de acesso, por parte dos negros, aos níveis mais elevados de ensino do que a eventuais ações discriminatórias de que possam ser vítimas.

Rendimentos menores – As informações sobre os rendimentos do trabalho confirmam que há muitas diferenças. O rendimento médio da população negra ocupada (R$ 752) equivale a 56% do da população não-negra (R$ 1.346), o que se explica pelos diferentes tipos de ocupação em que cada grupo é majoritário.

Ao se compararem negros e não-negros que se situam nos mesmos grupos de ocupação, há também grande disparidade de valores. O rendimento médio real por hora dos negros em cargos de direção e planejamento é de R$ 10, o que corresponde a 56,5% do rendimento dos não-negros no mesmo grupo ocupacional (R$ 17,80). Até mesmo nas ocupações com salários mais baixos, há diferenciação. Nos chamados serviços gerais, os rendimentos dos negros equivalem a 88,8% dos não-negros (R$ 3,20 e R$ 3,60, respectivamente, por hora de trabalho). Nas ocupações não-qualificadas, que são as de pior remuneração, ainda se observa pequena diferença entre os rendimentos de negros (R$ 2,90) e de não-negros (R$ 3).

Da Agência Imprensa Oficial

Agronegócio teve superávit de US$ 8,67 bilhões até outubro

O agronegócio paulista apresentou exportação crescente neste ano. De janeiro a outubro, as vendas externas somaram US$ 13,12 bilhões, acréscimo de 8,3% na comparação com o mesmo período de 2006. As importações aumentaram 22,3%, totalizando US$ 4,45 bilhões. O saldo do período foi de US$ 8,67 bilhões. Esse valor é 2,2% maior do que o registrado entre os meses de janeiro e outubro de 2006.

No total, até outubro, as exportações do Estado de São Paulo somaram US$ 42,54 bilhões (32,1% do total nacional) e as importações, US$ 39,58 bilhões (40,4% do Brasil) neste ano. Com isso, foi obtido *superavit* de US$ 2,96 bilhões.

As exportações do agronegócio brasileiro cresceram 20% no período, em comparação com o ano passado, atingindo US$ 51,62 bilhões. As importações do setor aumentaram 42,9%, totalizando US$ 13,85 bilhões. O *superavit* chegou a US$ 37,77 bilhões, 13,4% superior ao do mesmo período do ano anterior.

Da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Prodesp SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp em 09/07/2024 20:44:27.
Nº de Série do Certificado: 245e1c5a-e50f-4681-952b-93cc3ebe09f6
[Ticket: 66278065] - www.imprensaoficial.com.br